Presidência da República
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- ATA -
2ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2025
CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
[Mandato 2025-2027]

Brasília - DF, 5 e 6 de agosto de 2025

I. Abertura e boas-vindas

1. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) realizou a 2ª Reunião Plenária Ordinária de 2025, nos dias 05 e 06 de agosto de 2025, no Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto - Brasília/DF. A abertura da reunião e coordenação dos trabalhos foi feita pela Presidenta do Consea, Elisabetta Recine.
2. Participaram da 2ª Reunião Plenária Ordinária de 2025 representantes de 42 Organizações da Sociedade Civil componentes do Consea; de 7 Ministérios componentes do Consea; 19 Presidentes de Conseas Estaduais; além de 81 participantes integrantes de instituições governamentais e da sociedade civil que têm relação com a agenda de segurança alimentar e nutricional, mas que não são conselheiros titulares ou suplentes, totalizando 149 participantes de 71 organizações. Registra-se que as listas de presença, por categoria, estão arquivadas na Secretaria-Executiva do Consea (SE Consea).
3. Essa Ata contém os seguintes Anexos: A: Pauta aprovada para a 2ª reunião plenária ordinária do mandato 2025-2027; B: Apresentação da Presidenta Elisabetta Recine realizada durante a Cerimônia com o Presidente da República.
4. A existência de quórum na Plenária foi verificada pela Secretaria-Executiva do Consea.
5. A Secretaria Geral (SG) da Presidência da República foi representada pela senhora Kelli Mafort, secretária-executiva da Secretaria Geral. Ela celebrou o fato de o Brasil ter saído do mapa da fome, atribuindo essa conquista à determinação do Presidente Lula, aos esforços dos governos e, principalmente, ao engajamento da sociedade civil — desde ações locais como cozinhas solidárias e agricultura familiar até o fortalecimento dos CONSEAs municipais. Ressaltou também o papel estratégico do CONSEA na formulação de políticas de soberania e segurança alimentar e nutricional, e desejou que a reunião fosse produtiva e inspiradora para todos os envolvidos.
6. A Plenária aprovou a pauta e deu a continuidade à reunião.

II. A Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Climática

7. O senhor Márcio Astrini, do Observatório do Clima, destacou que as mudanças climáticas afetam de forma desproporcional as populações mais vulneráveis, com impactos já visíveis, como secas e enchentes, que comprometem a agricultura familiar e ameaçam a segurança alimentar e nutricional, o emprego no campo e a justiça social — especialmente no Nordeste.
8. Ele chamou atenção para o conceito de transição justa, questionando como garantir justiça para agricultores que perdem suas terras e meios de subsistência, e defendeu a necessidade de políticas públicas de adaptação específicas para a agricultura familiar. Propôs a criação de um fundo de adaptação para apoiar agricultores familiares que não conseguem acessar financiamento tradicional, ressaltando a urgência de assistência técnica para esse público. Finalizou sugerindo que o Consea se debruce sobre essa pauta com urgência.

9. A mesa prosseguiu com a fala do senhor Aloísio Melo, Secretário Nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente. Ele destacou que a ação climática brasileira precisa estar alinhada aos esforços globais e que as emissões do país vêm principalmente do uso da terra, ao contrário da média mundial, dominada por combustíveis fósseis. Apresentou o Plano Clima como principal instrumento da política climática nacional, com 16 planos setoriais que abordam adaptação e mitigação, incluindo segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar, recursos hídricos e infraestrutura pública.

10. Ele ressaltou o fortalecimento do Fundo Clima, que passou de R$ 400 milhões para mais de R$ 10 bilhões em 2023 e R$ 11 bilhões em 2024, além de iniciativas como o Eco Invest, que mobilizam recursos privados para ações como recuperação de áreas degradadas. Concluiu destacando que o Plano Clima atribui responsabilidades aos setores econômicos, com foco especial na agropecuária e no combate ao desmatamento, inclusive o legal, para reduzir emissões e proteger ecossistemas.

11. Em seguida, a representante da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Lilian Rahal foi convidada a fazer sua fala. Ela apresentou o processo de construção do Marco de Referência de Sistemas Alimentares e Clima para as Políticas Públicas. O marco buscará orientar políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional em um contexto de mudanças climáticas, promovendo sistemas alimentares mais saudáveis, sustentáveis, justos e resilientes. A palestrante destacou que o MDS acatou as sugestões recebidas durante a consulta pública e que o marco não conterá menção a práticas regenerativas.
12. Lilian informou que o Marco será lançado em outubro de 2025, durante o Congresso Brasileiro de Agroecologia, para que seja possível discuti-lo na COP30. Disse, também, que o marco será acompanhado de um curso de capacitação para estados, municípios e operadores de políticas públicas, visando torná-lo

um instrumento prático de ação dentro do SISAN e da agenda nacional de segurança alimentar e nutricional.

13. Em seguida, Mônica Baldino, representante da Rede de Vozes de Mulheres Negras pelo Clima foi convidada a proferir sua fala. Ela destacou a necessidade de tratar a justiça climática sob a ótica do racismo ambiental, considerando as múltiplas escalas de ação e o papel central das mulheres negras, que são as mais vulneráveis aos eventos climáticos extremos e sofrem com a falta de políticas públicas adequadas.
14. Ela defendeu a valorização dos saberes tradicionais na formulação de políticas e soluções climáticas, denunciando as violências e o genocídio velado contra populações negras e comunidades de terreiro. Apresentou o relatório "Nada Sobre Nós Sem Nós", com 12 propostas para uma agenda climática antirracista, e ressaltou a atuação da Rede em fóruns como COPs, G20 e Observatório do Clima para garantir representatividade e justiça nas decisões.

III. A COP30 como oportunidade para avançar na garantia de soberania e segurança alimentar e nutricional

15. A segunda mesa abordou a COP30 como oportunidade para avançar na garantia de soberania e segurança alimentar e nutricional. O primeiro a falar foi o Embaixador André Corrêa do Lago, Presidente da COP 30. Ele iniciou sua fala abordando a importância da inclusão da a segurança alimentar e nutricional na agenda da COP30, que será realizada em Belém, na Amazônia — um local de grande simbolismo para o debate climático.
16. André explicou que a COP30 seguirá o modelo tradicional de negociações entre 198 países, com foco nas prioridades definidas pelo Presidente Lula: fortalecer o multilateralismo, promover justiça climática e garantir inclusão social. Destacou a necessidade de transformar compromissos em ações concretas e de promover uma transição justa.
17. Por fim, o embaixador destacou que o Brasil pretende ampliar a Agenda de Ação da COP30, organizada em seis eixos — energia, indústria e transporte; florestas, oceanos e biodiversidade; agricultura e sistemas alimentares; cidades, infraestrutura e água; desenvolvimento humano e social; e financiamento, tecnologia e capacitação — apresentando soluções nacionais como referência para outros países. A proposta busca direcionar recursos conforme as prioridades dos países beneficiários e tornar a COP30 uma conferência de implementação, com participação ativa dos ministérios e da sociedade civil, apresentando resultados práticos e fortalecendo o papel do Brasil no cenário climático internacional.
18. Em seguida, a senhora Margarida Cristina de Quadros, Assessora Especial do Gabinete da Presidência da República, informou que estava representando a primeira-dama Janja Lula da Silva, que não pôde participar. Margarida explicou que os enviados especiais para a COP30 são uma inovação brasileira para ampliar o diálogo social, aproximando presidência, sociedade civil e outros atores na construção da conferência, além de impulsionar a Agenda de Ação da COP30.
19. Ela ressaltou que a questão de gênero é central na agenda climática, já que as mulheres são mais afetadas pelas mudanças climáticas, mas também são

protagonistas nas soluções, especialmente na agricultura familiar e em programas como como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e os quintais produtivos, que fortalecem a segurança alimentar e nutricional e a resiliência climática. Também destacou a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, lançada no G20, que conecta países e instituições para compartilhar políticas públicas e atrair financiamentos.

20. Dando continuidade às atividades da mesa, o senhor Paulo Petersen, Enviado Especial da COP30 para Agricultura Familiar, foi convidado a fazer sua fala. Ele destacou a importância da integração entre conselhos nacionais — CONSEA, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) e outros — por meio da criação do Interconselhos dos Sistemas Alimentares, a fim de superar a fragmentação das políticas públicas relacionadas à alimentação, agricultura familiar, agroecologia e economia solidária.
21. Como Enviado Especial para Agricultura Familiar, o representante celebrou o reconhecimento da agricultura familiar na agenda internacional, especialmente nas COPs e reforçou seu papel para amplificar esse debate. O palestrante defendeu o reconhecimento da agricultura familiar como uma forma distinta de economia. Ele ressaltou a importância de reverter a lógica de desterritorialização, fortalecendo mercados locais, circuitos curtos e políticas como o Plano Nacional de Abastecimento (Planab) e o Plano Nacional de Segurança Alimentar (Plansan).
22. Paulo defendeu que a governança dos sistemas alimentares deve ser retomada pelos territórios e pela sociedade civil, e não ser liderada pelas grandes corporações. Por fim, ele ressaltou a relevância das soluções sociais e tecnologias sociais originadas da sociedade civil, como o CONSEA, PNAE e cisternas, que influenciaram políticas públicas.
23. Em seguida, a Senhora Maureen Santos, representante do Comitê da Cúpula dos Povos foi convidada para se pronunciar. Ela explicou sobre o processo de construção do evento, iniciado em agosto de 2023, como um movimento contínuo de articulação da sociedade civil. A Cúpula reúne mais de 800 organizações nacionais e internacionais, com foco na diversidade dos biomas brasileiros e na centralidade da Amazônia. O objetivo é fortalecer a justiça climática por meio de ações territoriais e populares, valorizando práticas como a agroecologia e a economia solidária. O evento principal ocorrerá de 12 a 16 de novembro em Belém, com o Dia de Ação Global em 15 de novembro, promovendo mobilizações em diversos países e cidades brasileiras.
24. Maureen destacou o simbolismo da realização da COP na Amazônia e a responsabilidade política que isso representa para o governo brasileiro. No entanto, apontou dificuldades na obtenção de apoio governamental para garantir infraestrutura básica aos participantes. Encerrou sua fala reforçando que a sociedade civil está mobilizada e quer participar ativamente, e que cabe ao governo assegurar uma COP inclusiva, democrática e representativa dos povos da Amazônia e do Brasil.

IV. Pronunciamento do Ministro Márcio Macêdo

25. O ministro celebrou a retomada do CONSEA e a conquista histórica da saída do Brasil do Mapa da Fome, resultado de políticas públicas e da atuação conjunta entre governo e sociedade civil. Márcio enfatizou a interseção entre segurança alimentar e nutricional e meio ambiente, destacando que a COP30 é vista como uma oportunidade estratégica para o Brasil liderar esse debate.
26. O ministro propôs que o CONSEA produza um documento de incidência política, articulando os temas de combate à fome, alimentação saudável, proteção dos recursos naturais e enfrentamento das mudanças climáticas. Ele reforçou que a COP30 não deve ser apenas um evento, mas um processo político transformador, com resultados práticos para os países e para a vida das pessoas.
27. O ministro defendeu a importância de estimular diversos setores da sociedade produzirem conteúdo político e técnico para a COP30, que expressem a visão da sociedade civil organizada. Ele propôs uma pré-COP ampla e descentralizada, com debates em Belém, nos demais estados e no Planalto Central, sem censura de conteúdo, desde que alinhado aos eixos da COP. A ideia é que o povo deixe suas "impressões digitais" no processo, garantindo uma COP com forte participação popular.
28. Ele também anunciou a intenção de realizar uma reunião de trabalho com a coordenação da Cúpula dos Povos, para discutir papéis, articulações e formas de colaboração, visando fazer da COP30 a mais democrática e participativa da história.
29. Em seguida, houve a manifestação de conselheiras e conselheiros do Consea. As falas abordaram os seguintes tópicos: soberania alimentar dos povos tradicionais de matriz africana; Impactos do modelo de transição energética no semiárido brasileiro; modelos de desenvolvimento que impactam os territórios de povos e comunidades tradicionais e a produção de alimentos; Desterritorialização decorrente de processos de transição energética; Importância de se inserir o tema do trabalho nas discussões da COP30; o registro da experiência brasileira de colocar 30% dos alimentos oferecidos na COP30 oriundos da agricultura familiar; a necessidade do governo apoiar a participação dos movimentos sociais na COP30; situação de insegurança alimentar e ausência de financiamento para a agricultura urbana para pessoas em situação de rua.

30. O Senhor Jorge Meza, representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), parabenizou o governo brasileiro e a sociedade civil pela saída do Brasil do Mapa da Fome, destacando esse feito como um exemplo global de que é possível erradicar a fome com decisão política, mobilização social, articulação intersetorial e financiamento adequado. Ele reconheceu o papel essencial do CONSEA na articulação social e celebrou o compromisso do Presidente Lula e dos ministros envolvidos. A mensagem final é de reconhecimento e gratidão pelo excelente resultado alcançado.
31. Em seguida, os palestrantes responderam os questionamentos e considerações da plenária, abordando: necessidade de debater os impactos da energia eólica sobre a segurança alimentar e a vida comunitária; necessidade de ações estruturantes e intersetoriais para a população em situação de rua; valorização da produção de conteúdo e da mobilização social; COP30 como uma oportunidade para fortalecer a democracia e os direitos sociais; a demanda da

COP30 ser construída com a sociedade civil; transição energética justa e democrática, com soluções que não causem prejuízos sociais ou ambientais; a importância de reconhecer o semiárido como pioneiro em políticas públicas de resiliência climática; Crítica à desproporção entre os recursos destinados à infraestrutura da COP e o apoio à Cúpula dos Povos; A Cúpula dos Povos será um espaço de expressão da diversidade brasileira e amazônica, Reconhecimento da importância das mulheres na construção de soluções climáticas; A transição justa deve incluir o tema do trabalho como central, especialmente em contextos de deslocamento e mudança econômica; A agenda climática é um marcador político entre campos democráticos e autoritários; e a necessidade de transições justas, dada a diversidade dos cenários.

V. Cerimônia com o Presidente da República

32. A cerimônia com a participação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva e autoridades do governo, ocorreu no Salão Leste do Palácio do Planalto. A Senhora Elisabetta Recine apresentou os dados do Relatório SOFI 2025 da FAO que mostrou a saída do Mapa da Fome, como resultado da retomada de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Os indicadores analisados incluem prevalência de subalimentação, insegurança alimentar pela escala FIES, estado nutricional de crianças e adultos, além do custo e do acesso à dieta saudável. A palestrante explicitou os dados da redução da insegurança alimentar severa e de redução dos indicadores de subalimentação, o que permitiu que o Brasil saísse novamente do Mapa da Fome. Ela também destacou que esse feito reflete os esforços recentes de reconstrução do SISAN e de políticas integradas voltadas tanto para emergências quanto para ações estruturantes.
33. Elisabetta prosseguiu afirmando que, apesar dos avanços, o relatório aponta desafios persistentes, como o alto custo da alimentação saudável e a proporção significativa da população que ainda não consegue custeá-la. A celebração dos resultados de 2025 deve, portanto, vir acompanhada de compromisso contínuo com a reflexão e o aprimoramento de estratégias que garantam o direito humano à alimentação adequada. Ela ressaltou a importância de o Brasil produzir comida de verdade para a população brasileira. Por fim, ela apontou que o fortalecimento do monitoramento, do diálogo com a sociedade civil e da implementação de políticas efetivas é fundamental para assegurar que o país nunca mais retorne ao Mapa da Fome.

34. Francisco Menezes, ex-presidente do Consea, afirmou que a saída do Mapa da Fome tem significado especial, que extrapola a questão da alimentação, demonstrando a capacidade de superação dos brasileiros, com atuação conjunta entre governo e sociedade. Ele destacou a importância da continuidade das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e de se garantir sua efetividade nos territórios. O palestrante enfatizou, ainda, a importância do Consea também se pronunciar por situações externas ao Brasil, pois a alimentação continua sendo usada como “arma de guerra”. Francisco prosseguiu ressaltando a necessidade de veto presidencial ao Projeto de Lei da

"devastação". Por fim, ele agradeceu ao Presidente pela defesa da soberania nacional.

35. O ministro do MDS, Wellington Dias, ressaltou que o Brasil serve de exemplo para o mundo no enfrentamento à insegurança alimentar com políticas públicas bem desenhadas e intersetoriais focalizadas nos mais vulneráveis e com participação social. Ele destacou, ainda, a importância de celebrar a saída do Mapa da Fome antes da meta estabelecida e a reforçou o compromisso de seguir trabalhando em prol da segurança alimentar e nutricional.
36. O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo, enfatizou que a saída do Brasil do Mapa da Fome foi possível devido à união de esforços em prol desse objetivo, um processo que foi construído a várias mãos, pela política econômica do Presidente Lula, de recuperação do salário mínimo, de investimento na renda, no emprego; nas ações para recuperar o nosso país e nas políticas sociais de combate à fome, à miséria e com a participação da sociedade civil brasileira.
37. O Presidente da República, senhor Luís Inácio Lula da Silva, ressaltou a alegria do Brasil sair novamente do Mapa da Fome e mostrar ao mundo que é possível. Ele enfatizou que isso só foi possível por causa da participação da sociedade brasileira, destacando a importância das conselheiras e conselheiros do Consea nacional, bem como dos conselhos estaduais e municipais. Lula apontou que sua experiência pessoal o motiva a colocar o combate à fome como uma das prioridades de seu mandato.
38. O Presidente prosseguiu afirmando que para cuidar das pessoas mais pobres e mais vulneráveis é preciso fazer política com o coração, porque a fome corrói as pessoas por dentro. Por isso enfatizou que não é possível ter política "quebra-galho", que para resolver o problema da fome é necessário implementar políticas públicas de Estado.

VI. Aprovação da ata da 1ª Reunião Plenária Ordinária

39. No dia 06 de manhã, a Senhora Elisabetta Recine, presidenta do Consea, abriu a plenária ressaltando a importância da cerimônia com o Presidente da República no ainda anterior. Ela apresentou a programação e explicou que a apresentação dos resultados das reuniões das Comissões Permanentes (CPs) acontecerá em uma plenária extraordinária, de maneira assíncrona.
40. A senhora Marília Leão, Secretária-Executiva do Consea, explicou sobre as mudanças efetuadas na ata para esse mandato, com o objetivo de tornar esse documento mais conciso e mais didático de modo a facilitar a leitura e ressaltar os pontos principais da reunião para os leitores. Informou a ata foi enviada para as conselheiras e os conselheiros com antecedência, de maneira assíncrona, para que todos pudessem ler e fazer sugestões de correções e melhorias, sendo que todas as sugestões enviadas foram acolhidas. Sendo assim, ela submeteu a ata para aprovação da plenária, a qual foi aprovada por unanimidade.

VII. Pronunciamento da Primeira-Dama Janja Lula da Silva, Enviada Especial para as Mulheres

41. A senhora Rosângela Lula da Silva (Janja) expressou a forte emoção vivida após o pronunciamento do Presidente Lula sobre a saída do Brasil do Mapa da Fome. A fala reforçou a urgência de agir hoje, valorizando a memória de quem construiu esse caminho e a necessidade de dar visibilidade ao CONSEA e à representação do Brasil em espaços internacionais, como a FAO.
42. A senhora Janja prosseguiu informando sobre seu papel como Enviada Especial para as Mulheres na preparação da COP 30, articulando esse trabalho com segurança alimentar e nutricional e combate à fome e à pobreza. Ela explicou que seu objetivo é fortalecer a participação das mulheres, especialmente nos seis biomas brasileiros, por meio de encontros e diálogos que deem visibilidade às suas iniciativas. Ressaltou ainda a importância da representatividade feminina nos espaços de decisão sobre mudanças climáticas, não apenas como vítimas, mas como agentes que propõem soluções. Concluiu reforçando a parceria com o CONSEA e seu compromisso de seguir nessa luta coletiva.
43. Elisabetta Recine destacou a forte presença e protagonismo das mulheres em movimentos sociais e organizações ligados à agroecologia, feminismo, povos tradicionais e segurança alimentar e nutricional, ressaltando que essas agendas são estruturantes. Informou também sobre a preparação de encontros regionais do CONSEA, em parceria com o MDS, como parte do processo de mobilização para fortalecer ações contra a fome. O discurso valorizou o impacto simbólico e inspirador da fala do Presidente Lula, que renova a confiança coletiva na luta por direitos, ao mesmo tempo em que lembra os desafios ainda existentes, como a situação da população em situação de rua. Por fim, entregou à Janja uma muda da árvore do baobá para ser entregue como presente do Consea ao Presidente Lula como gesto de resistência, memória e esperança.
44. A Senhora Ieda, representante do Movimento Negro Unificado (MNU) relatou sobre a entrega simbólica de mudas de baobá, gesto que marca os 47 anos do MNU. As duas mil mudas distribuídas representam as duas mil pessoas presentes no lançamento do movimento em 1978 e simbolizam resistência, raiz, afeto, conhecimento e acolhimento. A árvore, considerada sagrada em Angola, é usada como metáfora da luta do povo negro no Brasil, unindo memória, força coletiva e a necessidade de garantir dignidade, casa e afeto para todos. Por fim, ressaltou e emoção da cerimônia com o Presidente e a importância da muda encontrar um chão fértil.
45. A Senhora Janja informou que conhece o simbolismo do plantio de mudas de baobá destacando sua ancestralidade e representatividade. A oradora manifestou emoção e orgulho em dar continuidade a esse gesto.

VIII. Apresentação da sistematização de propostas dos grupos de trabalho da 1ª Plenária e definição da organização e processo de trabalho do Consea

46. Elisabetta Recine convidou o grupo de trabalho composto pelos facilitadores e relatores, os quais foram responsáveis por sistematizar as propostas dos grupos de trabalho da plenária anterior. Destacou o papel do trabalho de monitoramento no mandato atual, que precisa ganhar forma organizada, visibilidade e ser articulado com os sistemas de informação do governo.

47. Elisabetta ressaltou a necessidade de se elencar prioridades de monitoramento do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan) e que cada Comissão Permanente (CP) teria que definir os temas prioritários dos anúncios relacionados à sua agenda de trabalho.
48. Em seguida, a conselheira Inês Rugani foi convidada a fazer a apresentação da proposta de organização das Comissões Permanentes (CPs). Ela explicou que as CPs do CONSEA têm como função promover debates temáticos, elaborar propostas e recomendações ao governo e encaminhá-las para apreciação da plenária. Informou que as CPs são coordenadas por representantes da sociedade civil, e são compostas por conselheiros, observadores e convidados, cabendo à coordenação organizar pautas, conduzir discussões e monitorar encaminhamentos.
49. A palestrante destacou que o trabalho das CPs deve alinhar-se ao terceiro Plansan, garantir o monitoramento de suas temáticas, adotar abordagens interseccionais (raça, gênero, etnia e renda) e promover diversidade, representatividade e articulação entre temas. Inês informou que após discussões sobre possíveis ajustes, decidiu-se por manter a estrutura de CPs da gestão anterior, com a definição dos temas-chave a serem trabalhados, cabendo a cada comissão atualizar ou redefinir seus nomes e prioridades. Por fim, Inês explicou sobre os Grupos de Trabalho (GTs) ligados à Mesa Diretiva, destacando os GTs Internacional, Conflito de Interesses e Clima.
50. Em seguida a fala foi aberta para manifestação da plenária, que abordou os seguintes pontos:
    - **Ausência do tema trabalho e renda:** apontado como elemento estruturante da fome; relevância da economia solidária, do trabalho formal e do salário mínimo para superar a insegurança alimentar.
    - **Natureza das CPs e GTs:** CPs são permanentes, GTs são temporários, criados conforme necessidade e coordenados pela mesa diretiva.
    - **Interação federativa:** CONSEA Nacional deve fortalecer articulação com a Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais (CPCE), garantindo integração entre CPs e GTs.
    - **Sugestão de ajustes em GTs:** mudar o nome de **GT Clima** para **GT Mudanças Climáticas**, por ser mais abrangente;
    - Criação de um **GT de Mulheres**, para garantir debate explícito de gênero;
    - Criação de um **GT sobre alimentação de crianças pequenas**, especialmente menores de cinco anos, diante de desafios ligados à amamentação e introdução alimentar; e
    - **Participação:** dúvidas sobre possibilidade de integrar mais de um GT e sobre critérios de divisão de membros.
51. A mesa composta pelo grupo de facilitadores e relatores comentou as manifestações da plenária abordando as seguintes questões:

- **GT Mudanças Climáticas:** não se limita à COP; tem agenda própria, com possibilidade de ampliar debates e articular-se de forma transversal a todas as CPs;
- **Participação em CPs e GTs:** só é possível integrar uma CP por vez (acontecem simultaneamente); é permitido participar de mais de um GT, desde que haja disponibilidade; GTs podem se reunir entre plenárias;
- **Questão do orçamento:** discutido dentro das CPs correspondentes (ex.: CP1 e CPCE) ou em momentos organizados pela mesa diretiva quando afeta todas as CPs;
- **CPCE:** não foi omitida, pois já é prevista no regimento do CONSEA e não está em discussão sua existência;
- **Relação entre trabalho, fome e desigualdade:** tema tratado, especialmente pela CP5 (fome e racismo); destaque para vínculos entre trabalho informal, uberização e insegurança alimentar;
- **Transversalidade:** necessidade de integrar temas como racismo, trabalho e desigualdades em todas as CPs; articulação entre CPs e CPCE é fundamental;
- **Monitoramento:** papel central das CPs é priorizar pautas, acompanhar estratégias e transformar discussões em ações concretas, fortalecendo políticas públicas; e
- **Configuração das CPs e GTs:** proposta apresentada inclui CPs sobre Sisan, saúde e nutrição, produção e abastecimento, direito humano à alimentação, população negra, povos indígenas e comunidades tradicionais; GTs propostos: Internacional, Mudanças Climáticas e Conflitos de Interesse.

52. A presidenta Elisabetta Recine solicitou a plenária deliberasse sobre a configuração das CPs e dos GTs, conforme proposta apresentada, CPs sobre Sisan; Saúde e Nutrição, Produção e Abastecimento, Direito Humano à Alimentação Adequada, População Negra, Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais; e GTs Internacional, Mudanças Climáticas e Conflitos de Interesse. A proposta foi acatada por unanimidade.
53. Em seguida, ocorreu a reunião das Comissões Permanentes e da CPCE.

54. **Sessão Deliberativa: apreciação e aprovações pelo Plenário do Consea**

55. Na tarde do dia 6 de agosto, ocorreu a sessão deliberativa para apreciação e aprovação de documentos do Consea. Foi apresentada a proposta de Nota Pública sobre o assassinato de um jovem da etnia Avá-Guarani, que foi encontrado decapitado junto a uma carta com ameaças às comunidades indígenas e às forças de segurança pública que atuam na região. A plenária aprovou a nota por unanimidade.
56. Em seguida, foi apresentada a proposta de Recomendação ao Presidente da República sobre medidas para enfrentamento aos efeitos na Segurança

Alimentar e Nutricional e nos sistemas alimentares brasileiros face às tarifas impostas pelo governo dos Estados Unidos. A plenária debateu sobre os riscos de vincular programas como o PAA e o PNAE a essas medidas, no sentido de não atrelar esses programas a políticas comerciais e a finalidades que eles não possuem. Outro ponto destacado foi a necessidade de proteger os produtos da agricultura familiar a da sociobiodiversidade que também foram afetados pelas tarifas. Sendo assim, a plenária concordou com ajustes no texto para refletir as preocupações apontadas e aprovou a recomendação.

57. Em sequência, deliberou-se sobre a proposta de Recomendação que propõe ao Presidente o veto integral do Projeto de Lei N.° 2.159/2021, conhecido como PL da Devastação, em nome da proteção do meio ambiente, dos sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis, dos direitos constitucionais garantidos aos povos indígenas e comunidades tradicionais, e do bem viver de toda a população brasileira. Argumentou-se que o projeto representa um retrocesso para a legislação ambiental brasileira e que é antagônico às premissas da 30ª Conferência da ONU sobre Mudança Climática, COP 30, que será realizada em Belém, em novembro de 2025. A recomendação foi aprovada por unanimidade.
58. A secretária-Executiva do Consea, Marília Leão, informou sobre algumas alterações efetuadas na Resolução de Observadores pela Consultoria Jurídica da Secretaria Geral, ressaltando que não houve mudanças no mérito da resolução. Ela informou que haveria um edital público para a escolha de 20 observadores. Em relação às etapas da seleção, explicou que seriam: i) a inscrição das instituições interessadas; ii) a homologação pela mesa diretiva e iii) a deliberação pela plenária para a escolha dos 20 observadores. As conselheiras e os conselheiros ratificaram as alterações propostas.
59. A senhora Elisabetta Recine agradeceu a presença e participação de todos e encerrou a reunião plenária.

IX. Aprovação da Ata

A presente Ata foi aprovada por unanimidade pelo Plenário do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional na 2ª Reunião Plenária Ordinária em: 06 de agosto de 2025. Encerrada a 2ª Reunião Plenária Ordinária de 2025 e eu, Marília Mendonça Leão, Secretária-Executiva do Consea, lavrei e assinei a presente ata.

gov.br
Documento assinado digitalmente
MARILIA MENDONCA LEAO
Data: 23/10/2025 19:21:46-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Marília Mendonça Leão
Secretária-Executiva
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Anexo A – PAUTA APROVADA PARA A 2ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO MANDATO 2025-2027

2ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO MANDATO 2025-2027

DATA: 05 e 06/08/2025
LOCAL: Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto

PAUTA APROVADA

Dia 05/08/2025

1. 9h - 9h10: **Abertura e Boas-Vindas**
    - Elisabetta Recine, Presidenta do Consea
    - Márcio Macêdo, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretário Geral do Consea

2. 9h10 – 9h20: **Aprovação da pauta da reunião e da Ata da 1ª Reunião Plenária Ordinária do Consea**

3. 9h20 - 10h20: **A Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Climática**
    - Princípios e desafios para a Transição justa dos sistemas alimentares: Márcio Astrini – Observatório do Clima (15 min). Confirmado
    - A segurança alimentar e nutricional como princípio orientador da ação climática: a experiência da Estratégia Nacional de Mitigação e dos Planos Setoriais de Adaptação – Aloisio Melo, Secretário Nacional de Mudança do Clima – MMA (15 min). Confirmado.
    - Marco de Referência de Sistemas Alimentares e Clima para Políticas Públicas (Sesan/MDS) – Lilian Rahal, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (15min). Confirmada
    - As lutas pelo Direito Humano à Alimentação Adequada e por uma justiça climática antirracista: convergências, caminhos e potencialidades – Mônica Baldino, Rede Vozes de Mulheres Negras pelo Clima (15 min). Confirmada.

4. 10h20 às 11h00: **Diálogo com a Plenária**

5. 11h00 às 12:20h: **A COP30 como oportunidade para avançar na realização da SAN**
    - **A agenda de ação proposta pela presidência brasileira e as oportunidades para a agenda de segurança alimentar e nutricional:** Presidente da COP30, Embaixador André Corrêa do Lago (20 min). Confirmado.
    - **O protagonismo das mulheres na realização da SAN em um contexto de crise climática, Enviada Especial para Mulheres:** Janja Lula da Silva (20 min). Confirmada.

- **A COP 30 como catalizadora da agricultura familiar e da agroecologia como soluções climáticas: desafios e oportunidades -** Paulo Petersen, **Enviado Especial para Agricultura Familiar (**20 min). Confirmado.
- **A ação climática na perspectiva dos sujeitos de direito e seus territórios: agenda e prioridades da Cúpula dos Povos na COP30.** Maureen Santos, representante da FASE e do Comitê Gestor da Cúpula dos Povos (20 min). Confirmada.

6. 12:20h-13h00: **Diálogo com a Plenária**

13h00 – 14h30: **Almoço**

7. 14h30: **Credenciamento na entrada principal do Palácio do Planalto**

8. 16h00 – 17h00: **Cerimônia com o Senhor Presidente da República**

Dia 06/08/2025 – Reunião das Comissões Permanentes e CPCE

9. 08h30 - 9h30: **Apresentação da sistematização de propostas dos grupos de trabalho da 1ª Plenária e definição da organização e processo de trabalho do Consea**

10. 9h30-10h00: **Diálogo com a Plenária**

11. 10h00 -10h15: **Orientações para as atividades de grupo**

12. 10h15 -13h00: **Reunião das Comissões Permanentes aprovadas**

13. 10h15-13h00: **Reunião da Comissão de Presidentes de Conseas Estaduais**

13h00 – 14h00: **Almoço**

14. 14:00 – 16:30: **Continuação das reuniões das CPs e CPCE**

15. 16h30 – 17h30: **Sessão Deliberativa - Apreciação e aprovações pelo Plenário**

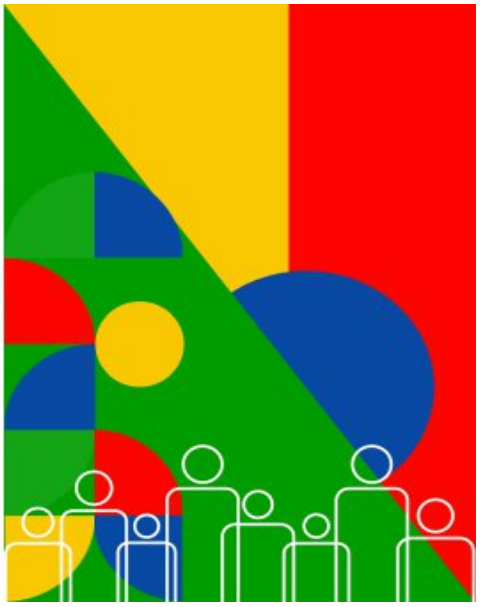
16. 17h30: **Informes finais**

Anexo B: Apresentação de Elisabetta Recine

CONSEA
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

O BRASIL NO RELATÓRIO SOFI 2025

Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo - FAO



CONSEA

INDICADORES APRESENTADOS NO RELATÓRIO

- **PREVALÊNCIA DE SUBALIMENTAÇÃO (PoU) – "Indicador do Mapa da Fome"**
- **ESCALA DE EXPERIÊNCIA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (FIES)**
- PREVALÊNCIA DE CRIANÇAS COM BAIXO PESO
- PREVALÊNCIA DE CRIANÇAS COM ALTURA MENOR PARA IDADE
- PREVALÊNCIA DE SOBREPESO EM CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS
- PREVALÊNCIA DE ADULTOS COM OBESIDADE
- PREVALÊNCIA DE MULHERES COM ANEMIA
- PREVALÊNCIA DE BEBES ATÉ 5 MESES EM ALEITAMENTO EXCLUSIVO
- PREVALÊNCIA DE BAIXO PESO AO NASCER
- **CUSTO DA DIETA SAUDÁVEL**
- PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO QUE NÃO TEM RECURSOS SUFICIENTES PARA ADQUIRIR DIETA SAUDÁVEL

CONSEA

PREVALÊNCIA DE SUBALIMENTAÇÃO (PoU)

É o **indicador-chave para a construção do Mapa da Fome**.

Estima a proporção da população cujo consumo habitual de alimento é insuficiente para prover níveis adequados de energia para manter uma vida ativa e saudável.

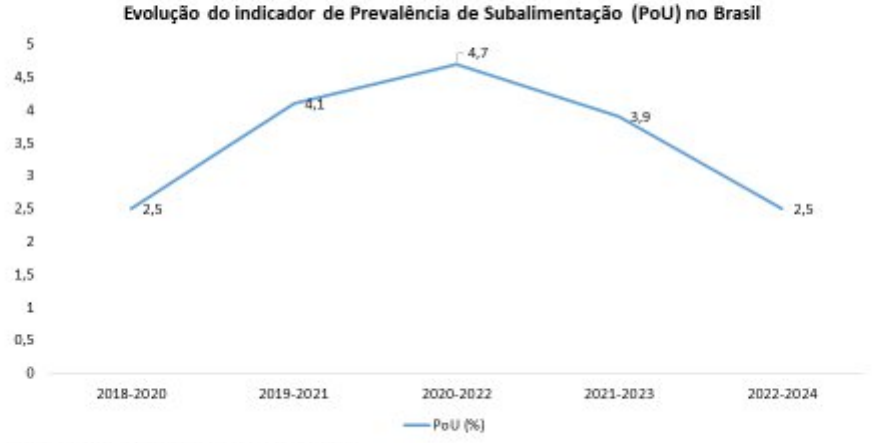
Calculado a partir:

- Saldo de produção/importação/exportação
- Capacidade de aquisição da população
- Necessidade calórica para um indivíduo médio

Se o percentual ficar acima de 2,5%, o país está no Mapa da Fome.

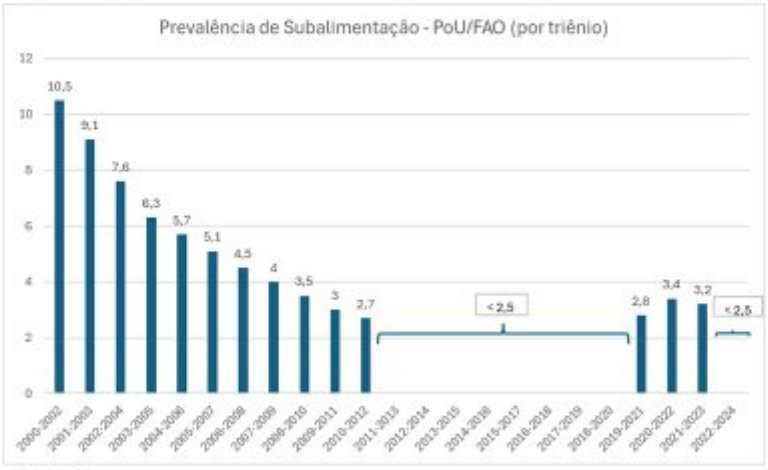
CONSEA

BRASIL NOVAMENTE FORA DO MAPA DA FOME!



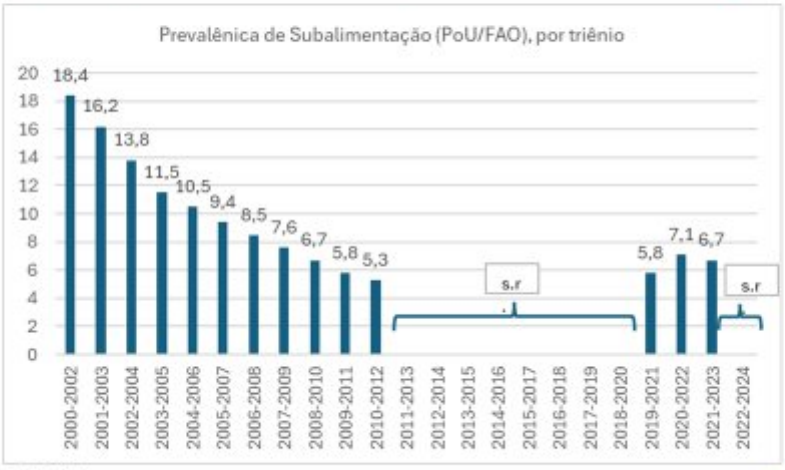
Fonte: Relatório Estado da Segurança Alimentar no Mundo. FAO, 2025

PREVALÊNCIA DE SUBALIMENTAÇAO (PoU) NO BRASIL (em %)



Fonte: FAOStat

PREVALÊNCIA DE SUBALIMENTAÇAO (PoU) NO BRASIL (em milhões de pessoas)



Fonte: FAOStat

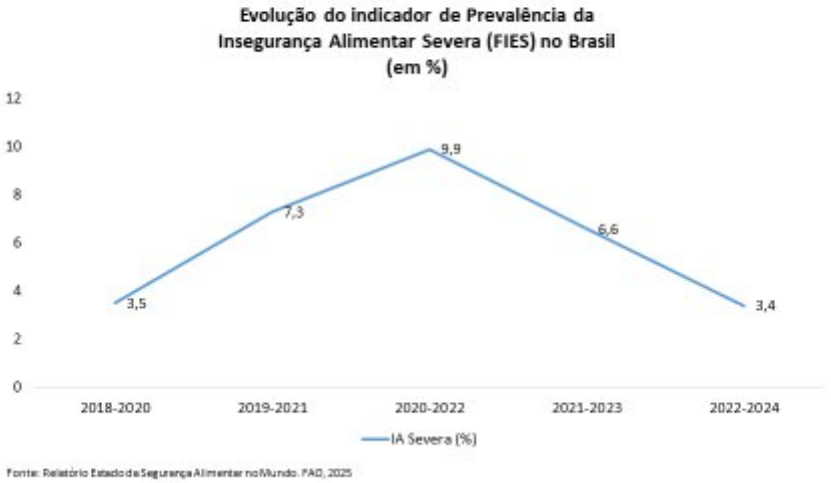
ESCALA FIES

Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (*Food Insecurity Experience Scale* - FIES) estima o percentual da população de um país que enfrenta restrições no acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficientes.
É uma ferramenta de aferição direta, que contêm oito perguntas sobre os graus de gravidade da insegurança alimentar. Desde 2014, os dados são coletados pela FAO em parceria com o Instituto Gallup.

A FIES classifica a população em três grupos:

1. Segurança alimentar;
2. Insegurança moderada (experiência de incerteza sobre sua capacidade de obter alimentos que podem levar as pessoas a, em algum momento durante o ano, reduzir a qualidade e/ou quantidade de alimentos consumidos);
3. Insegurança grave (ficar sem comida em casa e, no caso extremo, passar um dia sem comer por falta de dinheiro ou outro meio para ter acesso à comida, durante o ano).

REDUÇÃO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR SEVERA

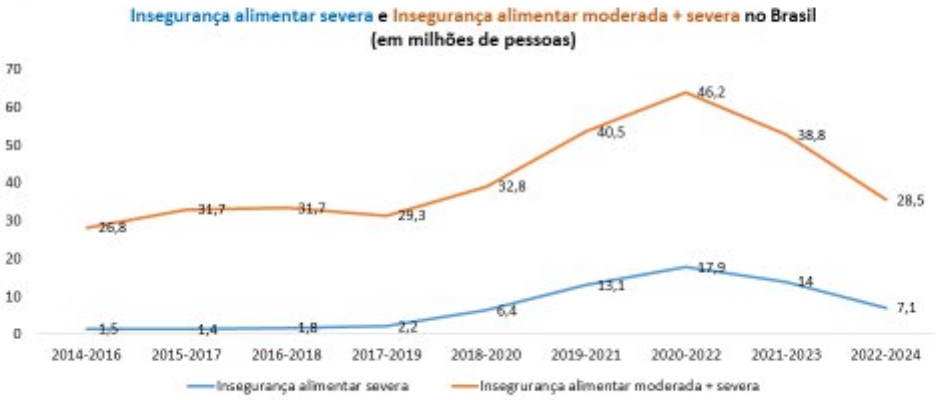


Fonte: Relatório Estado de Segurança Alimentar no Mundo. FAO, 2025

ESCALA DE EXPERIÊNCIA EM INSEGURANÇA ALIMENTAR - FIES (em %)

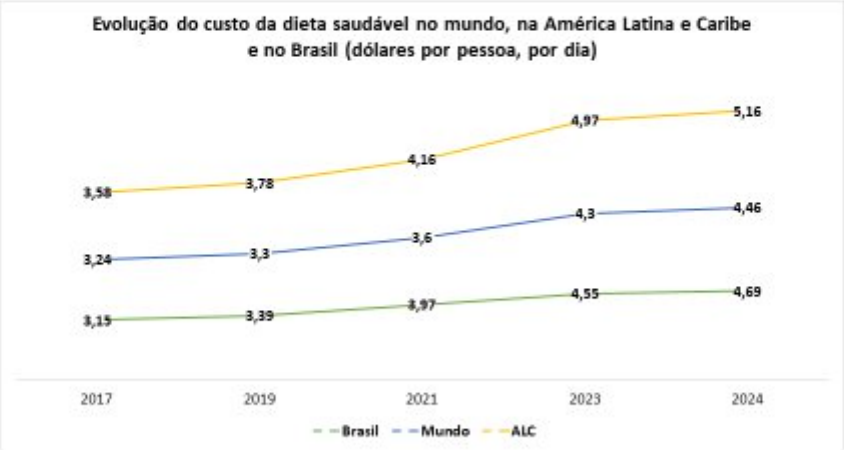
Fonte: FAOStat

ESCALA DE EXPERIÊNCIA EM INSEGURANÇA ALIMENTAR - FIES (em milhões de pessoas)



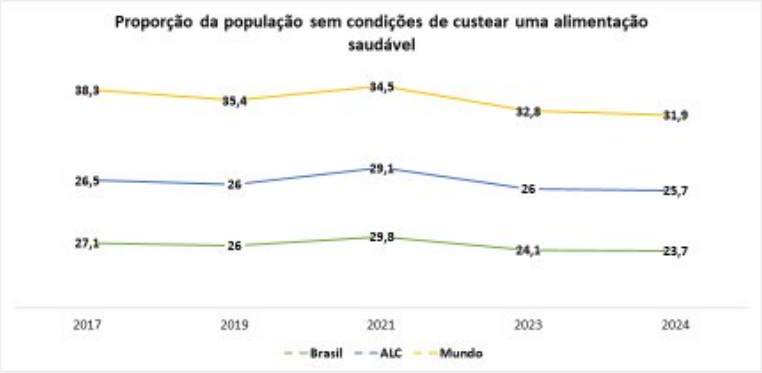
Fonte: FAOStat

EVOLUÇÃO DO CUSTO DA DIETA SAUDÁVEL



Fonte: Relatório Estado da Segurança Alimentar no Mundo. FAO, 2025

PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO SEM CONDIÇÕES DE CUSTEAR UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL



Fonte: Relatório Estado da Segurança Alimentar no Mundo. FAO, 2025

CELEBRAR E AVANÇAR

Em 2014 celebramos os resultados de uma década de esforços.
Em 2025 celebramos o resultado de 2 anos de recuperação e aprimoramento da experiência aprendida.

Esta experiência foi traduzida pela retomada do SISAN, impulsionando a articulação de políticas públicas, tanto emergenciais quanto estruturantes, em diálogo com a sociedade civil organizada.

Retomamos as pesquisas, avaliação e monitoramento dos programas de SAN e da realidade da nossa população. É necessário conhecer e acompanhar para agir.

CELEBRAR E AVANÇAR

Nenhuma comemoração reduz nossa capacidade de refletir sobre os desafios atuais internos e externos.
A afirmação da nossa conquista é diária.

Dialogar e construir caminhos **coletivamente** para garantir que o Brasil **nunca mais volte** ao Mapa da Fome.

Nenhuma comemoração reduz nossa capacidade de refletir sobre os desafios atuais internos e externos.
A afirmação da nossa conquista é diária.

Dialogar e construir caminhos **coletivamente** para garantir que o Brasil **nunca mais volte** ao Mapa da Fome.